

# Observatório do Estado Social brasileiro: divulgando porque o Estado importa!

*Tathiana Rodrigues Salgado*

da Universidade Estadual de Goiás - Brasil  
tathiana.salgado@ueg.br

*Tadeu Alencar Arrais*

da Universidade Federal de Goiás - Brasil  
tadeuarraisufg@gmail.com

*John Peter Mazzini*

da Universidade Federal de Goiás - Brasil  
john.mazzini@discente.ufg.br

*Amanda Fernandes Miranda*

da Secretaria Estadual de Educação de Goiás – Brasil  
amandafm659g@gmail.com

---

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo apresentar a estratégia de comunicação científica do Observatório do Estado Social brasileiro. Criado em janeiro de 2020, através de uma parceria entre as Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Estadual de Goiás (UEG) e o Instituto Federal Goiano (IFGoiano), o projeto, idealizado pelo professor Tadeu Alencar Arrais, funciona como uma plataforma online que busca oferecer à comunidade em geral, em diferentes formatos, uma leitura geográfica sobre a importância do Estado Social em um país marcado por dimensões continentais e uma grande diversidade e desigualdade como é o Brasil. O projeto para além de um esforço de pesquisa configura-se como um canal de comunicação científica. Neste artigo, apresentamos a proposta do projeto e alguns dos principais produtos elaborados pelo grupo de pesquisa. Compreendemos que o projeto é um importante meio para a difusão do conhecimento geográfico crítico sobre a importância da atuação do Estado Social, o que pode contribuir para uma sociedade mais informada e consciente.

**Palavras-chave:** Comunicação; Geografia; Estado Social; Observatório.

---

## Introdução

A divulgação científica desempenha um importante papel para a sociedade, pois possibilita que o conhecimento científico seja acessível para diferentes grupos sociais. Em diversos autores encontramos a convergência que a comunicação científica eficaz é essencial para possibilitar à sociedade informações e conhecimentos seguros sobre a produção científica e tecnológica desenvolvida nas Universidades e Centro de pesquisa e sobre a própria natureza do conhecimento científico, entre eles Albagli (1996), Lorenzetti, Raicik, & Damasio (2021), Messeder Neto (2019).

A divulgação científica eficiente pode auxiliar na desmitificação de conceitos científicos, tornando-os mais compreensíveis e relevantes para o dia a dia das pessoas. Peres *et al* (2001), por exemplo, discutem a importância de reconhecer e corrigir as visões distorcidas sobre o trabalho científico, muito comuns na sociedade e que impactam diretamente o ensino de ciências. Nesse contexto, a divulgação científica desempenha um papel crucial na construção de uma imagem adequada do que é a construção do conhecimento científico. Tornar a ciência acessível e compreensível para um público mais amplo, a partir de estratégias eficazes de divulgação, pode auxiliar na alfabetização científica e fortalece a confiança nas instituições de pesquisa e nos cientistas, contribuindo para uma sociedade mais informada e crítica.

No contexto de aumento exponencial da divulgação e programação de notícias falsas e o reforço da propagação de ideias relacionadas às vantagens do Estado mínimo, vivenciada no Brasil após crise econômica e política de 2016, foi idealizado, pelo professor Tadeu Alencar Arrais, o grupo de pesquisa e divulgação científica denominado Observatório do Estado Social brasileiro, criado em janeiro de 2020, através de uma parceria entre docentes da Universidade Federal de Goiás (UFG), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), e do Instituto Federal Goiano (IFGoiano). O projeto tem por objetivo geral oferecer ao público, de forma acessível e dinâmica, uma leitura geográfica que possibilite discutir e acompanhar, por meio de um conjunto variado de informações, e em diferentes escalas, as ações do Estado Social brasileiro.

Para a divulgação do trabalho de pesquisa realizado pelo grupo foram desenvolvidos dois principais canais de comunicação. O primeiro uma plataforma online, de dados estáticos e dinâmicos, que oferece acesso a resultados e relatórios de pesquisas, entrevistas, dados estatísticos sistematizados e estatísticas georreferenciadas. Além da plataforma on-line, a comunicação é ampliada pelo canal *Porque o Estado Importa!* na rede YouTube. Neste canal, são disponibilizados vídeos, animações e transmissões ao vivo que discutem diversos temas relacionados à ação do Estado Social no Brasil. Esses conteúdos audiovisuais visam informar o público sobre a importância das políticas e ações estatais em um país de dimensões continentais e ainda marcado por profundas desigualdades e diversidade territorial.

Este artigo tem por objetivo apresentar alguns dos produtos de pesquisa e de divulgação disponibilizados nos nossos canais de comunicação. Além dessa breve introdução o artigo é dividido em dois itens. No primeiro apresentamos a motivação central para a criação do Observatório do Estado Social brasileiro. No segundo,

apresentamos alguns dos produtos elaborados pelo grupo de pesquisa e divulgação científica.

### **Porque o Estado Importa! A motivação central do Observatório do Estado Social brasileiro**

A origem do Estado Social brasileiro remonta aos primeiros anos da República (1889) e foi acompanhada, de certo modo, da estruturação político-administrativa do Estado Nacional. Sua evolução poder ser analisada a partir de três variáveis. A primeira diz respeito a própria integração do território, fato importante dado a dimensão física e as características demográficas do território nacional. O esforço de integração territorial foi diferencial e incompleto. A segunda variável guarda relação com um conjunto de leis que, historicamente, atenderam demandas sociais mais diversas, implicando, sempre, na disputa por recursos financeiros. A terceira variável diz respeito a universalização de políticas sociais setoriais que promovem a coesão social. Não basta, por exemplo, que os benefícios Previdenciários Rurais ou mesmo os benefícios do Bolsa Família sejam garantidos na letra da Lei. O Estado Social sustentou-se, tanto na Europa quanto no Brasil, por uma frágil solidariedade fiscal para financiar a coesão social. É necessário que as diferentes políticas, fundamentalmente para os grupos mais vulneráveis, sejam materializadas no território. Reconhecemos, na evolução dessas três variáveis, um intenso processo de luta, envolvendo interesses econômicos e políticos nacionais e internacionais.

Há poucas dúvidas que o Estado Social brasileiro aumentou, de maneira extraordinária, sua capilaridade no território nacional, o que resultou, em alguns períodos, na redução da desigualdade social e na conseqüente redução da pobreza. A evolução da oferta da rede pública nas áreas de educação e saúde, assim como a universalização os benefícios da seguridade social, são exemplos incontestáveis e que reverberaram na redução da pobreza. Nosso mapa, em 1991, era demarcado por índices muito baixo de desenvolvimento humano, fato que mudou totalmente nos anos de 2000 e 2010 (PNUD, 2012).

O IPEA, em estudo intitulado de *A década inclusiva (2001-2011)*, respondeu que a redução da desigualdade nesse período foi determinada pela ampliação do mercado de trabalho formal, pelo aumento do Salário Mínimo, pela Previdência Social, pelo Bolsa Família e pelos Benefícios de Prestação Continuada. As três últimas ações compõem o tripé da assistência social brasileira. Dito de outra maneira, a redução da pobreza e da desigualdade foi obra do Estado Social brasileiro.

Os ganhos distributivos da “década inclusiva” (IPEA, 2012), no entanto, duraram pouco e o país, a partir de 2016, começou a assistir retrocessos, manifestado por uma agenda de redução da intervenção do Estado em consonância com um movimento de criminalização da política, como analisado por Souza (2017). Os dados do IBGE apontam que a proporção de pobres atingiu, em 2017, 26,5% da população, que o significa 54,8 milhões de pessoas sobrevivem com rendimento de até 5 US\$ por dia (IBGE, 2018). Relatório da UNICEF (2018), Pobreza na infância e na adolescência, informa que 6 em cada 10 crianças e adolescentes brasileiros vivem na pobreza. Em novembro de 2018, segundo MDS (2018), existiam 27.755.037 famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais, total equivalente a 76.174.523 pessoas, sendo 87,52% com renda per capita familiar até  $\frac{1}{2}$  Salário Mínimo, caracterizadas como baixa renda e em situação de pobreza e de extrema pobreza. Esses retrocessos são a manifestação inequívoca de três movimentos globais e articulados:

- A erosão do papel do Estado indicado pela adoção, em 2016, de um Novo Regime Fiscal, com implicações negativas no custeio e no investimento público, como destacado por Tavares e Ramos (2018).
- Implantação de reformas estruturais, especialmente trabalhista e previdenciária, que atingem, ao mesmo tempo, o mercado de trabalho formal e o sistema de aposentadorias, pensões e seguros.
- Redução dos investimentos em políticas sociais no campo da assistência social e da educação que atingem, prioritariamente, os grupos mais vulneráveis, com impacto negativo na expectativa de mobilidade social.

Esses três movimentos são compreendidos de maneira diferente pela sociedade brasileira. A ausência de assistência média em postos de saúde ou mesmo redução da oferta de vagas nas creches, frequentemente, é associada à ineficiência do Estado, o que justificaria, portanto, apressadas políticas de privatização. O mesmo raciocínio, ancorado na engenharia fiscal, justificou a Reforma da Previdência Social (Arrais, 2019). Forjar e divulgar a ideia de um Estado burocrático e obsoleto é parte da estratégia que camufla a existência de uma disputa de interesses por seus ativos, como alertou, em outro contexto, Dardot e Laval (2016).

Partimos de um entendimento que, reconhecendo os problemas históricos e demandas crescentes por serviços públicos e assistência social, advoga que a erosão do Estado social é um projeto colocado em prática em diferentes frentes. O desmonte, por assim dizer, do pacto representado pela Constituição de 1988 (Brasil, 1988) é apenas um reflexo um projeto que presente drenar os recursos públicos para a esfera privada. Esse projeto tem como estratégia erodir o Estado Social, criminalizar o servidor público e legitimar, em função de uma noção de eficiência, a ação do mercado. No entanto, desejamos mostrar, cotidianamente, que o Estado Social brasileiro, atacado, foi, historicamente, eficiente na tarefa de garantir a mínima coesão social. O Observatório do Estado Social pode ser entendido como uma estratégia, uma ação, um esforço coletivo para visibilizar a ação do Estado Social no Brasil.

O trabalho do grupo é desenvolvido a partir de grupos de estudos que conta com discentes da graduação, pós-graduação e os docentes das três instituições parceiras. Os resultados das coletas e sistematização de dados secundários e das reflexões realizadas pelo grupo são publicados em forma de relatórios, notas de pesquisa, artigos, banco de dados, vídeos e animações. No próximo item apresentamos alguns dos produtos elaborados e divulgados em nossos dois principais canais.

### **A metodologia de divulgação**

O site do Observatório do Estado Social funciona como uma plataforma estática e dinâmica de informações e dados, esses produtos são resultados diretos das atividades de pesquisa e do grupo de estudo. O primeiro conjunto de dados, adjetivado de dados estáticos (repositório), permite ao público acesso a artigos, livros, documentos, leis e entrevistas, sobre temas que versam sobre o Estado Social.

Na aba *entrevistas*, por exemplo, estão disponíveis contribuições como a Marcelo Medeiros, sociólogo e pesquisador do IPEA. Em sua entrevista o professor comenta sobre a relação entre a desigualdade e o Estado Social no Brasil, em suas palavras:

O Estado afeta a desigualdade por dois ângulos, o do gasto e o da arrecadação. Os gastos pró-ricos contribuem para a desigualdade, assim como a arrecadação sobre os pobres. O oposto, evidentemente, diminui a desigualdade. Se gastar mais com as pessoas mais pobres, mas também arrecadar mais delas, o Estado não tem caráter igualitarista forte. Para ter, precisa ser fortemente redistributivo: arrecadar mais dos mais ricos e gastar mais com os mais pobres. Isso diz algo muito importante: não basta definir o tamanho do Estado, é preciso definir também seu perfil distributivo. (Medeiros, 2020).

A entrevista com o economista Thomaz Ferreira Jensen apresenta importantes considerações sobre o papel do Estado Social na promoção do desenvolvimento humano, especialmente durante crises, como foi a emergência sanitária provocada pela pandemia da COVID-19, entre 2020 e 2022. Ermínia Maricato, professora da USP, discute o Estado Social e a democratização da cidade, enquanto Rogério Haesbaert aborda a relação entre pandemia, geografia e desigualdades. Essas e outras entrevistas podem ser acessadas em [obsestadosocial.com.br](http://obsestadosocial.com.br) (Figura 01).



Figura 01 – Página inicial da plataforma Observatório do Estado Social brasileiro.

A aba *documentos* é reservada para a postagem dos principais relatórios de pesquisa produzidos pela equipe do observatório. O primeiro material publicado, intitulado *Pandemia COVID-19: O caráter emergencial das transferências de renda direta e indireta para a população vulnerável do estado de Goiás*, posteriormente publicado como artigo na revista Espaço & Economia, destacou a importância das políticas de transferência de renda no enfrentamento da crise provocada pela pandemia da COVID-19. Entre outros pontos, o relatório enfatizou a necessidade de uma ação conjunta e articulada entre a União, Estados e Municípios para superar os desafios da crise que afetou, de diferentes maneiras, toda população brasileira. Com base em uma ampla pesquisa de dados secundários, o relatório concluiu que as políticas de transferência de renda, quando focadas nos grupos e espaços mais vulneráveis e implementadas com

agilidade, são eficazes para minimizar os efeitos de crises, como a vivida naquele período. Arrais *et all* (2020a).

O tema da importância das transferências de renda foi retomado em um segundo relatório, intitulado *Celeiros da Pobreza Urbana: Suplementação de Renda e Isolamento Social em Ambientes Metropolitanos em Tempos Pandêmicos*, posteriormente publicado nas versões em língua portuguesa e inglesa na revista *Vigilância Sanitária em Debate*. Este relatório explorou as especificidades e a relevância das políticas de transferência de renda em contextos metropolitanos, destacando sua importância durante períodos de pandemia da Covid -19. O relatório conclui-se que:

...Não há solução para amenizar os efeitos da pandemia, senão a forte presença do Estado tanto no fortalecimento do sistema de saúde pública, aproveitando-se da abrangência e solidez do SUS, quanto na implementação e no aprimoramento das políticas de transferência de renda direta e indireta. Somente a justaposição de medidas econômicas e sanitárias poderá arrefecer a curto, médio e longo prazo, os efeitos deletérios da atual pandemia e de outras que provavelmente virão, dado o modelo de desenvolvimento em vigência. Arrais *et all* (2020b, p. 23-24).

O relatório *Geografia do SUS* buscou apresentar a importância e a capilaridade do Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro. O texto, que subsidiou a produção de três vídeos de animação disponibilizados no canal *Porque o Estado Importa*, destacou como foi formado um dos sistemas de saúde pública mais complexos do mundo e abordou os princípios fundamentais do SUS, a saber:

1. **Integralidade:** Garante políticas de assistência à saúde articuladas com ações e serviços preventivos e curativos, tanto no campo individual quanto no coletivo.
2. **Universalidade:** Assegura acesso à saúde em todos os níveis de assistência, seja nos programas de saúde da família, na prevenção ou nos atendimentos médico-ambulatoriais.
3. **Gratuidade:** Protege todos, independentemente do local de nascimento, sem preconceitos ou privilégios de classe.

O relatório enfatizou que compreender esses princípios é essencial, dado que o Brasil é um país extenso, populoso e desigual. A desigualdade social amplia significativamente a diversidade de situações de risco à saúde. Reconhecendo a importância da constituição do SUS, o relatório defendeu que o sistema é o maior ativo da democracia brasileira. Ele representa a democracia ao estar presente nos lugares mais remotos e de difícil acesso, gerando expectativa de cidadania para pessoas nas periferias

das metrópoles, nos barrancos dos rios da Amazônia, nas áreas rurais do Maranhão, nas aldeias indígenas do Pará, nos pequenos povoados da Campanha Gaúcha, entre outros locais historicamente marcados pela negligência política.

Outro importante documento elaborado pela equipe do observatório foi o estudo intitulado *Déficit de Profissionais da Educação na Rede Pública Estadual de Goiás*. Este relatório, produzido em colaboração com o Observatório da Educação, revelou o elevado déficit de professores e técnicos administrativos na Rede Estadual de Ensino de Goiás no ano de 2022. O documento mapeou, na escala municipal, o déficit de profissionais em todo o estado. Os resultados tiveram significativa divulgação na imprensa estadual e fomentaram o debate sobre a necessidade de concursos para a rede estadual de ensino. Além disso, o relatório subsidiou os debates promovidos na Assembleia Legislativa de Goiás por meio de uma audiência pública realizada em 25 de abril de 2022.



**Figura 02** – Divulgação do relatório Déficit de Profissionais da Educação na Rede Pública Estadual de Goiás.

Ainda no contexto da pandemia da Covid-19 o grupo de pesquisa realizou um esforço para coleta de dados que subsidiasse um diagnóstico preciso sobre o período de Ensino Remoto Emergencial a partir das experiências do Instituto Federal de Goiás (IFG), da Universidade Federal de Goiás (UFG) e da Universidade Estadual de Goiás (UEG). O desafio de construir um instrumento de coleta de dados para um diagnóstico preciso do E.R.E derivou da demanda decorrente do deslocamento do ensino presencial nas instituições para os ambientes domiciliares e laborais. O estudo partiu da premissa

que os ambientes de ensino presenciais eram, de certo modo, homogêneos do ponto de vista a oferta de infraestrutura. Na sala de aula e nos laboratórios coabitam discentes e docentes que desfrutam de infraestrutura semelhante. Porém, esse cenário foi deslocado para o ambiente domiciliar ou mesmo para os locais de trabalho, em um quadro totalmente diferente em relação à disponibilidade de infraestrutura, e também da ambiência necessária para a qualidade do ensino. O caminho para diagnóstico dessa situação passou pela caracterização domiciliar, somado a todo um conjunto de informações do núcleo familiar que pudessem interferir na aprendizagem. A partir desse entendimento pensamos um conjunto de questões agrupadas em 6 eixos. Os eixos, resultante do agrupamento de questões, foram assim definidos:

**1 - Acadêmico:** construir um conjunto de questões a partir da vinculação do discente por instituição, curso, período, turno, forma de ingresso e possível mobilidade de turno no Ensino Remoto Emergencial.

**2 - Familiar:** caracterizar o perfil social e econômico das famílias, especialmente demográfico, uma vez a centralidade do espaço formativo foi deslocada para o ambiente familiar. O total de crianças e/ou idosos no ambiente, por exemplo, pode interferir nas condições de aprendizagem.

**3 - Domiciliar:** a heterogeneidade dos espaços domiciliares, tanto em relação às condições urbanísticas (conforto térmico e acústico) quanto em relação às condições de conectividade, influencia a aprendizagem. O compartilhamento de espaços, por exemplo, pode ocorrer com indivíduos com fins pedagógico e objetivos diferentes daqueles que frequentam a sala de aula.

**4 - Trabalho e Renda:** a Pandemia da Covid-19 atingiu a renda do trabalhador, implicando, também, na redução da renda ou mesmo perda da fonte de renda principal e/ou desemprego. A compreensão, a partir do núcleo familiar, do fluxo de renda é fundamental para entender esse momento.

**5 - Ensino Remoto:** a mensuração do total e do tempo de duração das aulas síncronas e atividades assíncronas é fundamental para o planejamento das atividades docentes.

**6 - Vulnerabilidade:** as condições de saúde, sejam relacionadas às pressões pela redução da renda, doenças no grupo familiar ou mesmo COVID-19, assim como a redução da renda, coloca no core da discussão a vulnerabilidade social. É esse

discente, inserido em grupos vulneráveis, que retornará, ou não, para os bancos universitários e escolares.

O questionário de 49 questões disponibilizado na plataforma GoogleDocs, foi respondido pelos discentes do IFG, da UFG e da UEG. Os resultados dessa coleta de dados foram sistematizados e disponibilizados no *Relatório – Ensino remoto emergencial e vulnerabilidade discente IFG, UEG, UFG*, no livro digital *Ensino Remoto emergencial e vulnerabilidade discente na UFG*, e no artigo *Ensino Remoto Emergencial e Vulnerabilidade Discente na Universidade Estadual de Goiás (2021)*, publicado na revista *Élisée*. Todos disponíveis no site do observatório.

O relatório mais recente, intitulado *O Ardil do Povo pelo Povo – A Previdência Social, a Austeridade Fiscal e a Estatização dos Riscos no Rio Grande do Sul*, é um estudo baseado em uma ampla coleta de dados secundários, análise documental, revisão de literatura especializada e no mapeamento sistemático dos dados coletados. O texto critica a obsessão pelo cumprimento da meta fiscal superavitária no Brasil, ressaltando a importância da Previdência Social, não apenas como um programa de assistência, mas também como um mecanismo essencial para as economias locais, especialmente em áreas rurais e em regiões com urbanização precária.

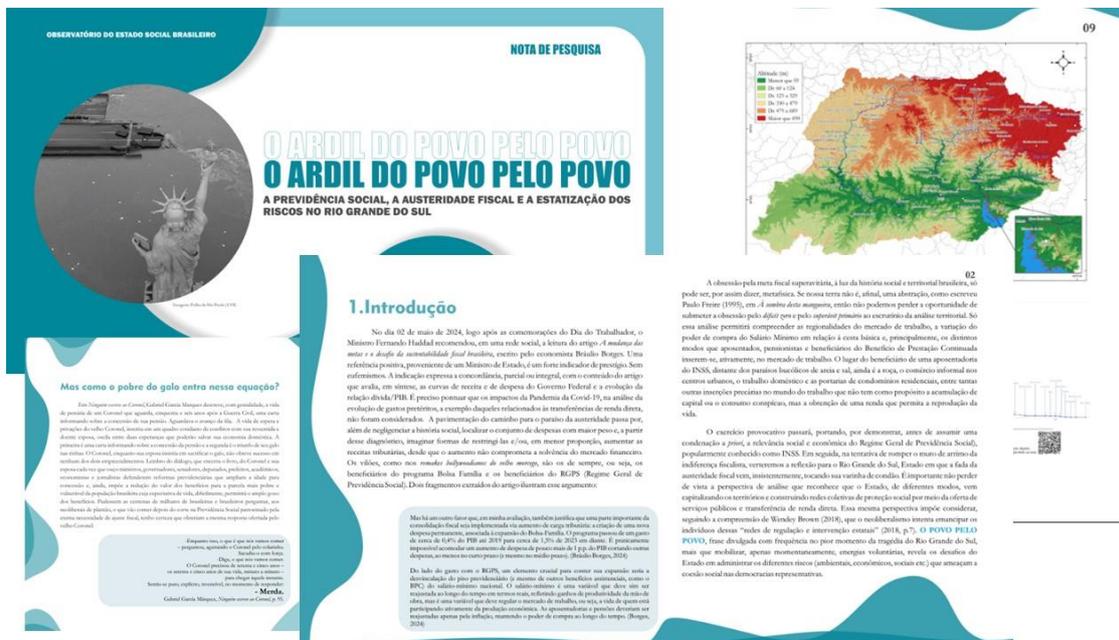


Figura 03 – Relatório de pesquisa: O ardil do povo pelo povo, a previdência social, a austeridade fiscal e a estatização dos riscos no RS. Brasil.

O tema da austeridade fiscal é discutido a partir de uma relação direta com a tragédia climática e social ocorrida no estado do Rio Grande do Sul no primeiro semestre de 2024. A análise adotou uma perspectiva global, integrando os eventos e as respostas a eles, às mudanças econômicas e políticas decorrentes da agenda de ajuste fiscal proposta pelo governo brasileiro. Conforme é destacado no relatório:

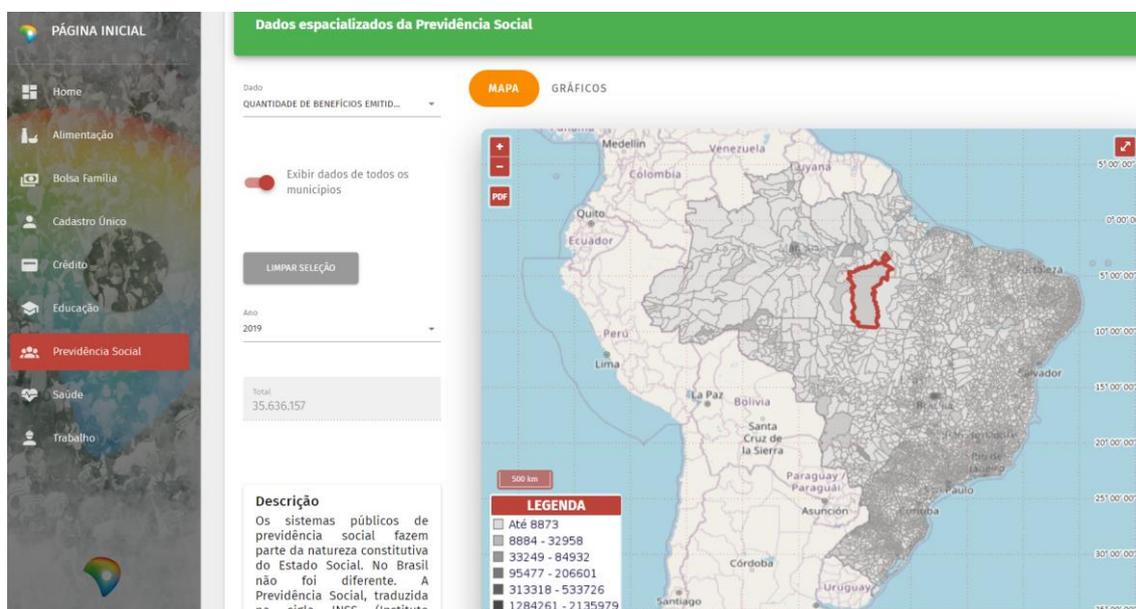
O fato é que os pagamentos da Previdência Social ou mesmo do Bolsa Família, tornaram-se, historicamente, fatores determinantes para amortecer os diferentes riscos a que estão submetidos a população vulnerável brasileira. Essa é a realidade dos municípios pouco populosos, mas também das periferias dos grandes centros urbanos. O colapso, sem precedentes, das infraestruturas de produção e circulação, aliados aos problemas de saúde pública e ao desalojamento de uma parcela significativa da população, tornou esses benefícios ainda mais relevantes. E são relevantes não apenas porque são destinados a população mais vulnerável, mas também porque esses recursos financeiros são funcionais para as economias locais. Esses benefícios, no entanto, não são suficientes nesse momento, sendo necessário a destinação de recursos e a ação direta do Estado, especialmente da União, em distintos fronts.

O relatório reforça a ideia de que toda a estrutura burocrática do Estado é essencial para enfrentar as consequências sociais e econômicas do desastre ambiental e que este é o momento, diante do comprometimento dos meios de subsistência de uma parte da população de uma unidade da federação brasileira, de demonstrar que viver em uma democracia implica acreditar que o Estado pode ser um agente político capaz de socializar os riscos enfrentados diariamente, principalmente, pela população mais vulnerável.

Na aba *documentos*, além do material produzido pela equipe do observatório, é possível encontrar outras fontes. Um exemplo disso, são os dados primários sobre a rotina de um entregador motociclista de plataforma em Goiânia, produzidos por Winícius Alves de Freitas, discente de graduação em Geografia na UFG. Os dados levantados pelo jovem trabalhador comprovam a rotina exaustiva e os riscos enfrentados pelos motociclistas plataformizados e comprovam que as mudanças no mundo do trabalho e do consumo reverberaram, de diferentes modos, na precarização do trabalho e na sociabilidade dos trabalhadores. Outras fontes é indicações de leituras ficam disponíveis na aba *literatura*.

O segundo conjunto de dados, adjetivado de dinâmicos (Estatísticas Georreferenciadas) podem ser acessados por um link na página inicial do observatório ou pelo endereço: [observatorio.spatialize.com.br](https://observatorio.spatialize.com.br). Essa plataforma dinâmica permite ao público acompanhar, analisar e comparar os diferentes níveis de intervenção do Estado Social no território brasileiro. Até a data de redação desse texto os dados recobriam um recorte variado de 2004 a 2019, a depender da variável de interesse. Há no entanto um

esforço da equipe para atualização das informações, e esperamos que em breve dados atualizados estejam disponíveis. Os materiais disponíveis abrangem os temas: alimentação, bolsa família, cadastro único, créditos, educação, previdência social, saúde e trabalho (Figura 04).



**Figura 04** – Plataforma dinâmica, observatório do estado social brasileiro.

Os dados que alimentam a plataforma são coletados de institutos de pesquisa estatística, como o IBGE, Ministério do Trabalho e Emprego, Base DataSUS, entre outros. Após a coleta, os dados são analisados e transformados em mapeamentos, que são disponibilizados para a consulta.

Além das plataformas de dados estáticos e dinâmicos, a equipe do Observatório do Estado Social brasileiro amplia o alcance do seu trabalho através do canal, na rede YouTube, *Por que o Estado Importa!*. Para alimentar o canal, a equipe planeja e produz vídeos animados e áudios sobre diversos temas importantes para a sociedade, utilizando critérios técnicos e científicos. Entre os temas abordados estão a importância do SUS e das universidades públicas, a valorização dos profissionais da educação, a relevância do servidor público, entre outros.

Até o momento, foram produzidos 25 vídeos animados e realizadas 19 transmissões ao vivo. Entre eles, destaca-se a série *Geografia do SUS*, composta por três vídeos que debatem a importância dos serviços públicos prestados pelo SUS. Outra série relevante é a denominada *O Estado Empreendedor*, que discute criticamente a ideia de empreendedorismo, desassociando o termo do positivismo geralmente a ele atribuído e

abordando os riscos de responsabilizar unicamente o indivíduo por seu sucesso ou fracasso.



Figura 05 – Canal Porque o Estado Importa!

Nos vídeos temáticos intitulados *Observatório Explica*, são abordadas, de forma didática e objetiva, definições importantes para o debate político e social no Brasil. Um exemplo é o vídeo *Observatório Explica o Teto dos Gastos Públicos (PEC-95)*, que detalha os impactos da proposta do Teto de Gastos Públicos e como ela afeta diretamente a vida dos brasileiros. Este tema está diretamente ligado a diversos outros aspectos importantes relacionados a investimentos e despesas do Estado Social no Brasil. No vídeo, narrado pelo professor Francisco Mata Machado Tavares, é ressaltada a incompatibilidade entre o Teto de Gastos e a democracia brasileira, um argumento que ele também defendeu em entrevista publicada na plataforma de dados estáticos. Segundo o pesquisador:

O novo regime fiscal inviabiliza o binômio constitutivo das democracias modernas, ancorado em direitos fundamentais e soberania popular. Esta fica comprometida porque o congelamento das despesas tende a restringir a margem de ação discricionária do Poder Público, de modo que os processos eleitorais acabam por não ter nenhuma consequência prática. Já dizia, ainda nos anos 1950, o cientista político A. Downs, que uma eleição é uma competição entre orçamentos prospectivos. Ora, se o teto de gastos impede

variância orçamentária o longo do tempo, então malfe-re-se a democracia. O mais grave, porém, é o ataque à principal condição de possibilidade da democracia, qual seja, os direitos fundamentais. Ora, sob o congelamento das despesas primárias em valores de 2016, não haverá como custear-se os direitos de cidadania que entregam estabilidade social, dignidade humana e autonomia, sem os quais as democracias soçobram. (Tavares, 2020)

No contexto dos debates acerca do déficit de profissionais da educação em Goiás, e após o lançamento de um edital para concurso da Secretaria Municipal de Goiânia no ano de 2022, o Observatório do Estado Social brasileiro promoveu, durante o mês de abril daquele ano, um Curso de Formação Geral destinado aos candidatos que se preparavam para as provas.

O curso, transmitido pelo canal *Porque o Estado Importa!* foi gratuito e organizado em 10 encontros, com todos os professores atuando de forma voluntária. Ele abordou uma variedade de temas importantes para os candidatos, incluindo geografia de Goiás, geopolítica, aspectos epistemológicos da geografia, geografia agrária, geografia física, história de Goiás, cartografia, urbanização brasileira, redação, e história e cultura afro-brasileiras. Os inscritos ainda puderam receber materiais bibliográficos complementares através de grupos criados no aplicativo WhatsApp. Para atender todos os interessados foram criados 04 grupos cada um deles com 250 participantes.

O curso oferecido pelo Observatório não só forneceu uma preparação básica para o concurso da Prefeitura de Goiânia, mas também capacitou participantes que realizariam concursos de outros estados. Os conteúdos trabalhados ainda foram adequados para o concurso da Secretária Estadual de Educação de Goiás, lançado meses depois, e alguns conteúdos puderam ser aproveitados para outras áreas. A iniciativa foi um compromisso da equipe do observatório com os professores de Goiás e com a defesa de uma educação pública gratuita e de qualidade.

O retorno dos candidatos, por meio de nossos canais de comunicação, foi bastante positivo e gratificante. Muitos deles relataram que o curso contribuiu muito para sua preparação para as provas. Foi destacando pelos candidatos a qualidade dos conteúdos, dos materiais disponibilizados e o cuidado dos professores participantes com a qualidade das aulas oferecidas.

OBSERVATÓRIO DO ESTADO SOCIAL BRASILEIRO PROMOVE

CANAL PORQUE O ESTADO IMPORTA

CURSO Gratuito Online

CRONOGRAMA | DIAS  
08, 09, 16, 23 e 30/04

HORÁRIOS  
das 19h00 as 21h30

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

BLOCO I

08104 Aspectos introdutórios da geografia de Goiás  
*Prof. Dr. Tadeu Arrais*

09104 Aspectos introdutórios da geopolítica  
*Prof. Dr. Camilo Pereira Carneiro*

16104 Aspectos epistemológicos da Geografia  
*Prof. Dr. Denis Castilho*

23104 Aspectos conceituais e empíricos da geografia agrária  
*Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira*

30104 Aspectos introdutórios da geografia física  
*Prof.ª Dr.ª Karla Maria Silva*

CERTIFICAÇÃO E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS PARA OS INSCRITOS NO CURSO E NO CANAL PORQUE O ESTADO IMPORTA

Obs: Todos os professores participantes são voluntários e não possuem qualquer relação com a prefeitura de Goiânia ou com a comissão organizadora e executora do concurso

**Figura 06** – Arte de divulgação do I bloco do curso de capacitação para concurso da prefeitura de Goiânia, 2022.

Além dos vídeos mencionados, outros conteúdos podem ser acessados no canal *Porque o Estado Importa!*. Todos os vídeos são produzidos com cuidado, utilizando uma linguagem clara e acessível ao público em geral. Nossa abordagem buscar ser uma forma eficiente de divulgação científica, importante para desmistificar mitos relacionados às vantagens do Estado Mínimo e sobre a ineficiência do Estado Social, especialmente em uma formação social complexa, diversa e desigual como é a brasileira. A divulgação científica promovida pelo Observatório não apenas esclarece questões fundamentais, mas também promove a compreensão sobre a importância do papel do Estado na sociedade, ajudando a construir um debate público mais crítico e socialmente responsável.

## Conclusões

O projeto do Observatório do Estado Social brasileiro, com suas diversas frentes de comunicação, busca desmistificar a ideia de que o Estado Social no Brasil não é eficiente. Por meio de dados rigorosos e análises criteriosas o Observatório oferece ao público um instrumento político para discutir e acompanhar, em diferentes escalas, as ações do Estado Social brasileiro.

A equipe do Observatório, defende as premissas do artigo 6º da Constituição Brasileira, que garante como direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados. Em um país como o Brasil, marcado por uma imensa diversidade cultural e territorial e profundas desigualdades

sociais, defender a importância e a atuação do Estado Social é uma condição essencial para garantir a dignidade de milhões de brasileiros.

Os desafios enfrentados pelo projeto, especialmente, em termos de financiamento e divulgação, são consideráveis. Contudo, contamos com os apoios institucionais da UFG, UEG e IFGoiano e com a colaboração de diversos amigos e colegas empenhados na disseminação da ideia de que o Estado Social brasileiro é vital para nossa democracia. Convidamos todos os interessados a acessar nossos conteúdos e a contribuir com sugestões de temas, lives, e, principalmente, com a divulgação do nosso trabalho.

Finalizamos agradecendo a todas as pessoas que contribuem para a continuidade do trabalho desenvolvido pelo grupo, bem como ao CNPq pelo financiamento dos projetos de pesquisa coordenados por Tadeu Arrais (processo 401887/2023-5) e Tathiana Salgado (processo 404536/2021-2), que subsidiam as atividades desenvolvidas pelos membros do grupo.

---

#### **Observatory of the Brazilian Social State: disseminating why the State matters!**

**Abstract:** This article aims to present the scientific communication strategy of the Observatory of the Brazilian Social State. Created in January 2020 through a partnership between the Federal University of Goiás (UFG), the State University of Goiás (UEG), and the Goiano Federal Institute (IFGoiano), the project, envisioned by Professor Tadeu Alencar Arrais, functions as an online platform that seeks to offer the general community, in different formats, a geographical perspective on the importance of the Social State in a country marked by continental dimensions and great diversity and inequality such as Brazil. Beyond a research effort, the project is configured as a scientific communication channel. In this article, we present the project's proposal and some of the main products developed by the research group. We understand that the project is an important means for the dissemination of critical geographical knowledge about the importance of the Social State's role, which can contribute to a more informed and conscious society.

**Keywords:** Communication; Geography; Social State; Observatory.

#### **Observatorio del Estado Social Brasileño: ¡divulgando por qué el Estado importa!**

**Resumen:** Este artículo tiene por objetivo presentar la estrategia de comunicación científica del Observatorio del Estado Social Brasileño. Creado en enero de 2020, a través de una colaboración entre la Universidad Federal de Goiás (UFG), la Universidad Estatal de Goiás (UEG) y el Instituto Federal Goiano (IFGoiano), el proyecto, ideado por el profesor Tadeu Alencar Arrais, funciona como una plataforma en línea que busca ofrecer a la comunidad en general, en diferentes formatos, una perspectiva geográfica sobre la importancia del Estado Social en un país marcado por dimensiones continentales y una gran diversidad y desigualdad como es Brasil. El proyecto, más allá de un esfuerzo de investigación, se configura como un canal de comunicación científica. En este artículo, presentamos la propuesta del proyecto y algunos de los principales productos elaborados por el grupo de investigación. Entendemos que el proyecto es un medio importante para la difusión del conocimiento geográfico crítico sobre la importancia de la actuación del Estado Social, lo que puede contribuir a una sociedad más informada y consciente.

**Palabras clave:** Comunicación; Geografía; Estado Social; Observatorio.

---

## Referencias

ALBAGLI, S. Divulgação científica: Informação científica para cidadania. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 3, p. 396-404, 1996.

ARRAIS, T. A. Desigualdade De Renda, Emprego Público e Transferências De Renda No Brasil Contemporâneo. **Mercator (Fortaleza)** [online], v. 18, e18008, 2019. Pub. May 30, 2019. ISSN 1676-8329. Disponível em: <https://doi.org/10.4215/rm2019.e18008>. Acesso em: 23 maio. 2024.

ARRAIS, Tadeu Alencar et al. Pandemia covid-19: o caráter emergencial das transferências de renda direta e indireta para a população vulnerável do estado de Goiás. **Espaço e Economia** [online], n. 18, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/13734>. DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.13734>. Acesso em: 23 maio. 2024.

ARRAIS, Tadeu Alencar et al. Celeiros da pobreza urbana: suplementação de renda e isolamento social em ambientes metropolitanos nos tempos pandêmicos. **Vigilância Sanitária Em Debate**, v. 8, n. 3, p. 11-25, 2020. Disponível em: <https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/1609>. Acesso em: 23 maio. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

DARDOT, P. & LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GIL PÉREZ, D.; FERNÁNDEZ MONTORO, I.; CARRASCOSA ALÍS, J.; CACHAPUZ, A.; PRAIA, J. Para uma imagem não deformada do trabalho científico. **Ciência & Educação, Bauru**, v. 7, n. 2, p. 125-153, 2001. DOI: <https://doi.org/gpq6>. Acesso em: 18 maio 2024.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais – 2018**. Rio de Janeiro, IBGE, 2018

IPEA. **A década inclusiva (2001-2011)**. Comunicados do Ipea. n. 155, Brasília, 2012.

LORENZETTI, C. S.; RAICIK, A. C.; DAMASIO, F. Divulgação Científica: Para quê? Para quem? — Pensando sobre a História, Filosofia e Natureza da Ciência em uma Revisão na Área de Educação Científica no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, [S. l.], p. e29395, 1-27, 2021. DOI: 10.28976/1984-2686rbpec2021u14871513. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/29395>. Acesso em: 24 maio 2024.

MEDEIROS, Marcelo. **Estado Social e a desigualdade social**. Entrevista concedida ao Observatório do Estado Social brasileiro. Disponível em: <https://obsestadosocial.com.br/entrevistas/>. Acesso em: 30 maio 2024.

MDS. **Relatório de Informações Sociais**. 2018. In: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#>. Acesso em 27/06/2024.

MESSEDER NETO, H. S. A Divulgação Científica em tempos de obscurantismo e de fake news: contribuições histórico-críticas. In: ROCHA, M. B.; OLIVEIRA, R. D. V. L. (Org.). **Divulgação Científica: Textos e Contextos**. 1. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2019.

PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>. Acesso em: 15 jun. 2024.

SOUZA, Jessé de. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TAVARES, Francisco Mata Machado. **O Estado Social e o Novo Regime Fiscal brasileiro**. Entrevista concedida ao Observatório do Estado Social brasileiro. Disponível em: <https://obsestadosocial.com.br/entrevistas/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

TAVARES, F. M. M.; RAMOS, P. V. G. O novo regime fiscal brasileiro e a democracia: interpretações sobre uma incompatibilidade. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 38, n. 3, p. 450-472, 2018. DOI: 10.5216/bgg.v38i3.56345. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/56345>. Acesso em: 20 jun. 2024.

UNICEF. **Pobreza na infância e na adolescência**. Brasil, 2018. In: [https://www.unicef.org/brazil/pt/pobreza\\_infancia\\_adolescencia.pdf](https://www.unicef.org/brazil/pt/pobreza_infancia_adolescencia.pdf). Acesso em: 20 jun. 2024.

---

### Sobre os autores

**Tathiana Rodrigues Salgado** - Licenciada, mestre e doutora em Geografia. Professora Adjunta da Universidade Estadual de Goiás.

**Tadeu Alencar Arrais** - Licenciado, mestre e doutor em Geografia. Professor Titular da Universidade Federal de Goiás.

**John Peter Mazzini** - Graduando em geografia pela Universidade Federal de Goiás.

**Amanda Fernandes Miranda** - Graduada em geografia pela Universidade Federal de Goiás. Professora da rede estadual de ensino de Goiás.

---

Recebido para publicação em junho de 2024.

Aceito para publicação em agosto de 2024.